

## QUEM É O BANCO MUNDIAL?

Christine Garrido Marquez  
Escola Tempo de Infância  
Grupo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação  
Comunicação  
Estado e Políticas Educacionais

Nossa pesquisa compõe o projeto *Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas*, da FE/UFG. Intencionamos conhecer os fundamentos que sustentam o processo de cooperação internacional liderado pelo Banco Mundial, desvelando sua intervenção e influência política-ideológica, a qual não se impõe de forma unilateral, mas é compartilhada e pressupõe certo grau de consentimento dos setores governamentais. Com base em uma perspectiva sócio-histórico-dialética, desenvolvemos uma pesquisa documental e bibliográfica. Resgatamos, de modo crítico, as informações sobre o Banco Mundial, buscando descrevê-lo para compreender sua estrutura organizacional, suas políticas, estratégias, projetos, programas e sua agenda de desenvolvimento, especialmente para a educação.

Palavras-chave: Banco Mundial; Políticas Públicas; Banco Mundial; Organismos Internacionais; Banco Mundial.

### 1. INTRODUÇÃO

As tentativas de estabelecer as funções da educação e o papel da escola vinculando-os às necessidades da economia e à formação da força de trabalho para o mercado são cada vez mais frequentes. Enguita (1989), no entanto, mostra-nos que nem sempre tais tentativas e vinculações existiram, passando, a partir do desenvolvimento das formas de produção capitalistas, a ficarem mais claras. Ao ressaltar a consolidação das formas capitalistas de produção, via Revolução Industrial, Enguita mostra-nos como foi rompido o domínio do trabalho artesanal, característico da cooperação simples e introduzida, na manufatura, a divisão técnica do trabalho que subordina, ainda mais, o trabalho ao capital.

Mas a proliferação da indústria iria exigir um novo tipo de trabalhador. Já não bastaria que fosse piedoso e resignado, embora isto continuasse sendo conveniente e necessário. A partir de agora, devia aceitar trabalhar para o outro e fazê-lo nas condições que este outro lhe impusesse. Se os meios para dobrar os adultos iam ser a fome, o internato ou a força, a infância (ao adultos das gerações seguintes) oferecia a vantagem de poder ser modelada desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho (ENGUITA, 1989, p. 113).

Foi neste processo de consolidação da grande indústria que ocorreu a subsunção completa do trabalho ao capital e que novos processos e relações de produção acabariam por deslocar as funções da escola de educação religiosa para a

disciplina material, para a organização da experiência escolar de forma que gerasse desde a infância os hábitos, as formas de comportamento, as disposições e os traços de caráter adequados para a indústria.

Ao examinar a conexão entre as relações sociais de trabalho e as relações sociais de educação no capitalismo, somos instigada a refletir sobre as políticas públicas educacionais e sobre o papel de projetos e programas orientados/financiados por Organizações Internacionais.

Dentre as Organizações Internacionais escolhemos pesquisar as propostas do Banco Mundial, em função da transformação do mesmo, nos últimos anos, na principal agência internacional técnica em matéria de política educacional e de financiamento para este setor. Suas políticas e estratégias vêm sendo universalizadas, como receituário único, independentemente da história, cultura e condições de infraestrutura de cada um dos países em desenvolvimento que recorrem aos seus empréstimos /orientações.

Para o Banco Mundial, sua missão é lutar contra a pobreza e melhorar o nível de vida dos habitantes dos países em desenvolvimento, considerando-se uma das principais instituições do mundo. Com esse objetivo, afirma (2003a) que proporciona financiamento, assistência técnica, serviços de assessoramento em matéria de políticas e intercâmbio de informações. Neste caso, chamamos a atenção para a atuação *aparentemente desinteressada* do Banco Mundial na *ajuda* aos projetos dos países em desenvolvimento como o Brasil, que assumiram o neoliberalismo como política orientadora de suas políticas educacionais.

Um banco internacional, o Banco Mundial (BM), transformou-se, nos últimos anos, no organismo com maior visibilidade no panorama educativo global, ocupando, em grande parte, o espaço tradicionalmente conferido à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a agência das Nações Unidas especializada em educação. O financiamento não é o único nem o mais importante papel do BM em educação (representando apenas 0,5% da despesa total pelos países em desenvolvimento nesse setor); o BM transformou-se na principal agência de assistência técnica em matéria de educação para os países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a fim de sustentar tal função técnica, em fonte e referencial importante de pesquisa educativa no âmbito mundial. Nos próprios termos do BM: 'no plano internacional, o Banco é a maior fonte de assessoria em matéria de política educacional e de fundos externos para esse setor' (TORRES, 2000, p. 125-126).

A análise que nos propusemos realizar, no âmbito desta pesquisa, teve a intenção de compreender de modo sistemático, a inserção do Banco Mundial no seio das políticas públicas de educação.

Com base em uma perspectiva sócio-histórico-dialética, desenvolvemos uma pesquisa documental e bibliográfica. Intencionamos conhecer os fundamentos que sustentam o processo de cooperação internacional liderado pelo Banco Mundial, desvelando sua intervenção e influência política-ideológica, a qual não se impõe de forma unilateral, mas é compartilhada e pressupõe certo grau de consentimento dos setores governamentais.

## 2. O Banco Mundial e as políticas setoriais de educação

A atuação global do Banco Mundial, desde sua criação em 1944, traduziu numa trajetória onde as alterações nos objetivos a serem alcançados foram modificando seu sentido ao longo do percurso histórico. Gonzalez et al. (1990) identificaram quatro etapas do exercício de suas funções associadas a modificações de enfoque quanto às estratégias de desenvolvimento adotadas em cada momento histórico. Na *primeira fase*, que ocorreu desde sua criação até a década de 1950, sua atuação concentrou-se na *reconstrução das economias européias*. Na *segunda fase*, na década de 1960, suas ações foram voltadas para a promoção do crescimento econômico dos países em desenvolvimento, intensificando empréstimos para o financiamento de projetos de investimento em *infra-estrutura econômica* (setores de energia, comunicações e transportes). A *terceira fase*, nos anos setenta, caracterizou-se pela diversificação setorial de empréstimos, destacando os projetos de investimento na *área social*. Na *quarta fase*, nos anos oitenta, ocorreu o redirecionamento da política de empréstimos do Banco, favorecendo os financiamentos de desembolso rápido, via *políticas setoriais internas* e de *ajuste estrutural*, atendendo as necessidades do balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento.

No final dos anos sessenta, o Banco somou às suas metas quantitativas, que caracterizavam os projetos econômicos, objetivos voltados para a igualdade e bem-estar social, financiando o setor social, como medida para aliviar e reduzir a pobreza. O setor educacional, a saúde e o desenvolvimento agrícola passaram a ser considerados entre os mais importantes para o Banco Mundial, definindo os princípios e as diretrizes de sua política de crédito e assistência aos países em desenvolvimento. A ênfase conferida ao *setor social* estava relacionada com a diretriz educação e saúde, as quais possibilitariam as condições prévias para a *produtividade* das populações pobres, em trabalho informal ou por conta própria, em zonas rurais e em periferias de centros urbanos. Os empréstimos para o setor social adquiriram maior relevância, enquanto “medida compensatória para ‘proteger os pobres’ contra as pressões do ajuste, ou seja, para aliviar as possíveis tensões decorrentes de despesas públicas na área social” (FONSECA, 1998a, p. 54).

Analisando de modo mais demorado a mudança na estratégia de atuação das Organizações Internacionais, em particular do Banco Mundial, observamos que se atribuiu à educação importância tanto para o crescimento econômico como para o alívio da pobreza dos países em desenvolvimento. Isso relacionou-se à crise estrutural do capitalismo que demandou novos meios para operar as contradições do sistema. Então, é possível dizer que o processo de aparente valorização do campo da educação não é algo desinteressado, como esclarece Leher:

A prioridade conferida à Educação, à primeira vista algo inusitado e surpreendente, adquire sentido se investigado no âmbito do ajuste estrutural e mais amplamente, no escopo da ideologia da *globalização*. A reforma dita estrutural do sistema educacional constitui um dos pilares ideológicos do neoliberalismo, cabendo à Educação o precioso papel de prover esta ideologia, tão redutora de direitos sociais e do trabalho, de brechas para o futuro das pessoas, das regiões e dos países. Em contradição com a dinâmica concreta do mundo do trabalho, a Educação é concebida como o meio por excelência para melhores empregos e maiores salários, não apenas para uma minoria (como ocorre no mundo do trabalho real), mas para todos. Em suma, ‘é como se’ a Educação pudesse ser o principal meio para a distribuição de renda no porvir. Se não houvesse brechas, ainda que

proclamadas, dificilmente o neoliberalismo teria força 'operatória' de que dispõe (1998, p. 84; grifo do autor).

O Banco inscreveu, pois, a educação como um requisito para a globalização, cumprindo a função ideológica de operar as contradições advindas da exclusão estrutural dos países em desenvolvimento. Em nossa opinião, construída com base na investigação que desenvolvemos, o Banco usufruiu da tensão entre as ações coercitivas e de consenso, estabelecendo uma política neoliberal. Como salienta Leher (1998):

O Banco Mundial inscreve a educação nas políticas de alívio da **pobreza como ideologia** capaz de evitar a 'explosão' dos países e das regiões periféricas e de prover o neoliberalismo de um porvir em que existe a possibilidade de algum tipo de inclusão social ('todo aquele que se qualificar poderá disputar, com chance, um emprego'), para isto, a coloca no topo de seu programa de tutela nas regiões periféricas (p. 9; grifo do autor).

A educação foi tida como uma condição necessária para a reprodução econômica e ideológica do capital. Notamos que sobretudo a partir dos anos setenta, o Banco Mundial passou a ter importância na definição das diretrizes políticas para os países em desenvolvimento, destacando a política educacional. Em meados dos anos oitenta, como resultado da crise da dívida dos países latino-americanos e da hegemonia norte americana, o Banco foi, então, revitalizado para atuar como governo mundial, definindo as políticas a serem adotadas e implementadas pelos países em desenvolvimento, por meio de determinadas *condicionalidades* (LEHER, 1998).

Uma das *condicionalidades* imposta no processo de ajuste estrutural foi a reforma do sistema educacional. É significativo ressaltar que as orientações do Banco Mundial para a reforma educacional na América Latina, África e alguns países asiáticos faziam parte dos acordos de ajuste estrutural, não sendo apenas *sugestões*.

La reforma educativa forma parte del programa político en casi todos los países clientes del Banco debido a la consideración de que unos mejores resultados del sistema educativo son esenciales para incrementar la competitividad económica, reducir la pobreza y las desigualdades, fortalecer las instituciones democráticas y aumentar la estabilidad social. Se observan reformas importantes en todos los aspectos del sector de la educación: se profesionaliza la docencia; se concede más autonomía a las instituciones de enseñanza terciaria y se procura que éstas sean más capaces de responder a las necesidades y que tengan más obligación de rendir cuentas; se descentraliza la gestión de las escuelas hasta el nivel local; se fomenta el establecimiento de instituciones de calidad para enseñanza del niño en la primera infancia; y se revisan los planes de estudios de la enseñanza secundaria para hacerlos más acordes con el mundo laboral (BANCO MUNDIAL, 2000a, p. 37).

No contexto destas orientações inscreveram-se as reformas educativas, produzindo um ordenamento no setor educacional ao: adequar as políticas educativas ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social, ao estabelecer prioridades e estratégias de racionalização de custos e do sistema de ensino e, ao subjugar os estudos, diagnósticos e projetos educacionais do Banco Mundial à lógica do campo econômico. Observa-se o início do investimento do Banco na formulação, implementação e monitoramento de políticas para a primeira infância nos países em desenvolvimento. Suas orientações, ao longo dos anos, estão sendo universalizadas, independentemente da história, da cultura e condições de infra-estrutura de cada país, por meio de financiamentos, análises e assessoramento técnico.

O financiamento do setor educacional aumentou em todas as regiões, ainda que em proporções distintas. A partir dos anos noventa o Banco definiu a Educação Básica como alvo principal, incluindo a Educação Infantil (BANCO

MUNDIAL, 1995, 2000; YOUNG, 1996) e foram propostas políticas homogêneas para os diversos países clientes. Estas, por sua vez, têm influenciado a formulação e implementação de políticas e estratégias de educação pública e a definição do modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos governos locais.

La parte del financiamiento que se dedica a la enseñanza primaria há sido superior al 20% desde 1975 y al 30% desde 1990. [...]. La parte del financiamiento dedicado a la enseñanza secundaria general disminuyó en los decenios de 1970 y de 1980, pero aumentó de nuevo en el decenio de 1990 y ahora supone un 20%. El financiamiento para la capacitación profesional aumentó con rapidez durante los decenios de 1960 y 1970, pero disminuyó un poco después de haber alcanzado un nivel máximo a principios del decenio de 1980, sin duda a causa de la nueva importancia que se concedió a la enseñanza básica y de que se cuestionaban los enfoques tradicionales que se empleaban en el ámbito de la capacitación profesional. Hubo un incremento constante, que se há frenado un poco en los últimos años, tanto en el ámbito de la capacitación del profesorado como el de la enseñanza terciaria. El desarrollo del niño en la primera infancia es una esfera de financiamiento relativamente nueva, pero que cada vez adquiere más importancia (BANCO MUNDIAL, 2000a, p. 24).

Com o objetivo de prestar apoio aos seus clientes na reforma do sistema educacional, o Banco elaborou estratégias nacionais e regionais, segundo as prioridades internacionais. As atividades conjuntas de elaboração dos projetos, programas e reformas em nível nacional, regional e de todo o Banco, proporcionaram um grupo de estratégias intervinculadas, monitoradas pela Junta Sectorial de Educación del Banco Mundial.

Toda la iniciativa está bajo la dirección general de la Junta Sectorial de Educación del Banco en consulta com toda la Red sobre educación (algo más de 250 funcionarios del Banco trabajan en el sector de la educación) y el Grupo de Asesores Externos de la Junta Sectorial. Este liderazgo colectivo, que está aún más fortalecido por el hecho de que los jefes regionales de educación constituyen la mayoría de la Junta Sectorial, habría sido mucho más difícil de lograr en el marco de los antiguos arreglos de organización en los que los departamentos eran más independientes unos de otros y estaban más distanciados (BANCO MUNDIAL, 2000a, p. 40).

Diante das disparidades e das diversidades existentes no setor educacional tanto entre os distintos países, como dentro de um mesmo país, o Banco Mundial classificou os países segundo seu nível de desenvolvimento, buscando assinalar as possíveis prioridades educacionais de cada um deles e formular políticas, estratégias programas e reformas orientadas para o progresso da educação, para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Tal classificação agrupa-os em diferentes categorias: sistemas maduros, sistemas de reforma, sistemas emergentes, sistemas menos adiantados.

En los sistemas “maduros” (como las naciones de la OCDE y algunas otras naciones del Oriente Medio y Asia oriental) se cuenta com una infraestructura educativa bien desarrollada y generalmente hay un rendimiento elevado, aunque existen problemas residuales de falta de eficiencia y de equidad (com diferencias a veces muy acusadas entre los ricos y los pobres y entre los niños y las niñas).

Los sistemas de “reforma” (como Rusia y gran parte de Europa Oriental y la Comunidad de Estados Independientes) se enfrentan a exigencias importantes en los ámbitos de la calidad y el crecimiento, si bien el nivel de calidad de sus sistemas educativos puede parecer razonable (pero sus posibilidades de mantenerse están seriamente amenazadas y, en algunos contextos, en peligro de hundirse en el futuro).

Los sistemas “emergentes” (situados principalmente en América Latina, África septentrional y Asia) tienen unas tasas elevadas de participación en la

educación pero presentan enormes desigualdades en el ámbito del acceso y especialmente en el de la calidad, y en ellos es común la ampliación de la participación del sector privado.

En *los sistemas “menos adelantados”* (que en su mayoría se encuentran en África al sur del Sahara y en zonas de Asia meridional, aunque hay casos aislados en la mayoría de regiones) el suministro de enseñanza básica universal es la excepción y no la regla y se necesitarán intervenciones de largo plazo a fin de crear sistemas educativos modernos (BANCO MUNDIAL, 2000a, p. 15; grifo do original).

Uma das estratégias políticas do Banco na área social foi a elaboração, no ano de 1962, do documento de política setorial denominado *Memoranda* e, em 1963, o documento *Memorandum*, assumindo como prioridade o financiamento de parte dos projetos do setor educacional, destinado à expansão do ensino secundário, formação técnico-profissional, ensino superior, formação de docentes, com o intuito de formação laboral que impulsionasse o desenvolvimento econômico. O *Memorandum* de 1970, reafirmou o propósito de investimentos em educação e acrescentou a necessidade de avaliação do sistema educacional e do potencial dos projetos para melhorar a adequação, a eficiência e a economia dos sistemas de ensino, conforme assinala Silva (1999). Desde o primeiro empréstimo em 1963 até 1990, o Banco concedeu créditos de dez milhões de dólares, de acordo com Torres (2000), havendo participado de trezentos e setenta e cinco projetos educativos em cem países do mundo, abrangendo todos os níveis de educação desde o primeiro grau até a pós-graduação, incluindo educação vocacional e não formal.

No período de 1970-2000, o Banco Mundial produziu *Documentos Políticos Setoriais* (1971, 1974, 1980, 1995, 2000a) e conseguiu configurar a agenda mundial da educação dos países em desenvolvimento. Nestes documentos definiu um corpo teórico-conceitual, em que foram apresentados os princípios, as diretrizes e as prioridades educativas norteadores para a concessão de empréstimos, evidenciando uma concepção educacional integrada ao seu projeto de desenvolvimento. A concepção político-educacional dos países dependentes sofreu as influências profundas da concepção de desenvolvimento vigente à época. A *teoria do capital humano* deixou o reduzido círculo acadêmico e passou a orientar as ações das Organizações Internacionais e, como desdobramento, as políticas de vários países. Nas palavras do Banco:

Hace bastante tiempo que es evidente para muchos educadores y padres que la educación, además de producir beneficios inmediatos, es también una forma de inversión que fomenta la capacidad de las personas para que sean más productivas, ganen más y disfruten de una calidad de vida mejor. La teoría del capital humano, que surgió en el decenio de 1960 y que actualmente, después de un profundo debate, goza de aceptación general, há aportado una justificación conceptual y pruebas estadísticas. Las estimaciones realizadas por economistas ganadores del Premio Nóbel han demostrado que la educación es una de las mejores inversiones en capital físico. Análisis conexos han demostrado que la reserva de capital humano que hay en todo el mundo tiene un valor muy superior, por lo que se refiere a su contribución a la producción, al de las existencias en capital físico (2000a, p. 6).

Na análise dos cinco *Documentos Setoriais de Educação* (1971, 1974, 1980, 1995, 2000a), observamos que as políticas e estratégias do Banco são de intervenção sistemática, definindo uma racionalidade técnico-instrumental, firmada nos padrões de empréstimos, de pesquisas preliminares e de *condicionalidades* a serem cumpridas satisfatoriamente, pelos países mutuários. A base de sustentação teórica das políticas educacionais está posta na *teoria do capital humano*, em que a educação

propicia maior produção e maiores investimentos, com o objetivo de assegurar a reprodução e a acumulação do capital, e não do desenvolvimento humano e social.

No âmbito da educação pública, verificamos a materialização das proposições do Banco fundamentadas em seus *Documentos Setoriais de Educação* e construídas no transcorrer da história educacional, com o consentimento e a participação nacional. As políticas prescritas desde o *Documento Setorial de 1971* e aprofundadas nos documentos subseqüentes, presentes tanto nos projetos financiados como nas políticas públicas foram: empenho no ensino fundamental, privatização do ensino e novas fontes de financiamento, racionalização dos recursos públicos, intransigência quanto ao aumento dos percentuais do PIB destinados ao financiamento da educação, descentralização da gestão educacional, recentralização dos controles através da institucionalização dos exames nacionais e dos parâmetros curriculares, flexibilização do contrato de trabalho docente, efetivação de procedimentos legais na carreira profissional voltados para resultados, desvalorização dos profissionais da educação em todos os níveis, ajuste da educação profissional às demandas do mercado, ênfase na formação continuada em detrimento da formação inicial.

A prioridade do Banco na esfera educacional é financiar a melhoria da qualidade e expansão do acesso à instituição escolar, sem onerar a carga fiscal do investimento em educação, fortalecendo uma visão gerencial estratégica, centrada na racionalização de gastos, na eficiência operacional e na busca de resultados. Na lógica do Banco, a educação pública básica é prioridade a ser monitorada e regulada com o intuito de evitar estrangulamento nos níveis posteriores.

Parece-nos significativo frisar que o inquietante não é apenas a presença nos países em desenvolvimento, das orientações conceituais e políticas, dos empréstimos e dos profissionais do Banco Mundial, mas a receptividade e a materialização de uma estrutura organizacional pelos sistemas de ensino em todos os níveis, para canalizar suas ideologias, objetivos, estratégias e concepções de educação. É importante atentarmos para a presença das forças *aparentemente ocultas* que definem as políticas educacionais e a intervenção que o Banco exerce ao *auxiliar* os governos locais com recursos acompanhados sempre de *condicionalidades* e da *produção e gestão de informações* que funcionam como verdadeiras algemas.

Portanto, observa-se que a influência política do processo de cooperação internacional, liderado pelo Banco Mundial, não se impõe de forma unilateral, sem consentimento nacional, mas é compartilhada com setores governamentais, sendo alimentada pelo sigilo e pelo desconhecimento de sua existência por parte de alguns profissionais da educação. Os componentes e subservientes defensores do capital local e internacional recebem as condicionalidades e a intervenção em nome de toda a sociedade, com consentimento do governo federal, parte dos estaduais e das elites dirigentes que, se subscreveram e alinharam às políticas estabelecidas pelo modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, comprimindo os direitos sociais de crianças, jovens e adultos, especialmente de acesso à educação.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que o Banco Mundial adquirindo, nestes sessenta anos de atuação, significativa importância no âmbito das políticas educacionais, desempenhando o papel junto as nações mais pobres, de estrategista do modelo neoliberal de

desenvolvimento e articulador da interação econômica entre os países, ocupando posição nuclear no processo de cooperação internacional.

Apesar de o Banco Mundial afirmar que sua missão é combater a pobreza e promover o desenvolvimento social e econômico nos países em desenvolvimento, por meio de empréstimos, assessoramento às políticas, assistência técnica e serviços de intercâmbio de conhecimento, percebemos que sua atuação é questionada por diversos pesquisadores.

Nossas análises mostram que o Banco exerce influência em diversas áreas como educação, saúde, agricultura, entre outras, representando uma estrutura material da ideologia da globalização, com a função mediadora de organizar e difundir a concepção de mundo que os *senhores do mundo* querem consolidar e reproduzir neste contexto de crise estrutural.

Notamos ainda que, a avaliação de sua *performance* é negativa, pois de acordo com as pesquisas mencionadas, o Banco vem financiando um tipo de desenvolvimento econômico perverso e desigual socialmente, aumentando a pobreza, aprofundando a exclusão social, destruindo o meio ambiente e comprimindo os direitos sociais de crianças, jovens e adultos, especialmente de acesso à educação..

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Estrategia sectorial de educación**. Washington, D.C.: Grupo del Banco Mundial, 2000. 86 p.

\_\_\_\_\_. **Prioridades y estrategias para la educación**: estudio sectorial del Banco Mundial. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1995. 140 p.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 272 p.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan./jun. 1998a, p. 37-69.

\_\_\_\_\_. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, R. P. (Org.). **Política educacional**: impasses e alternativas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998b. p. 85-121.

GONZALEZ, Manuel José Forero Gonzalez et al.. **O Brasil e o Banco Mundial**: um diagnóstico das relações econômicas 1949-1989. Brasília: IPEA, 1990. 174 p.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”. 1998. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Maria Abadia da. A hegemonia do Banco Mundial na formulação e no gerenciamento das políticas educacionais. **Nuances: Revista do Curso de Pedagogia**, v. 7, out. 2000, p. 35-53.

\_\_\_\_\_. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002. 224 p.

\_\_\_\_\_. **Políticas para a educação pública**: a intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional. 1999. 340 f. Tese (Doutoramento em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 125-193.

